

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 738.639 - AL
(2015/0161974-1)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : CHAMA - COMPLEXO HOSPITALAR MANOEL ANDRÉ
LTDA
ADVOGADOS : ARLINDO RAMOS JUNIOR - AL003531
PAULO HENRIQUE FALCÃO BREDAS - AL004280
ROBERTO VASCONCELOS ALBUQUERQUE JÚNIOR E
OUTRO(S) - AL006060

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pela **Fazenda Nacional**, desafiando desafiando decisão de fls. 313/314, que não conheceu do agravo em recurso especial, sob o fundamento de que incidiria, à espécie, a Súmula 182/STJ, porquanto a parte agravante não teria impugnado, de modo específico, a incidência do óbice previsto na Súmula 7/STJ.

A parte agravante, em suas razões, afirma estar evidenciada a impugnação específica dos fundamentos da decisão que negou a subida do recurso especial, motivo pelo qual o recurso mereceria conhecimento, e repisa os argumentos apresentados no recurso especial.

Requer a reconsideração do *decisum*, ou a submissão do feito ao julgamento colegiado.

Impugnação às fls. 328/337.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Melhor compulsando os autos, e exercendo o juízo de retratação facultado pelo arts. 1.021, § 2º, do CPC e 259, § 6º, do RISTJ, reconsidero a decisão de fls. 313/314, tornando-a sem efeito, passando novamente à análise do recurso:

Trata-se de agravo interposto pela **Fazenda Nacional** em face de decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 237/238):

EMENTA: *TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO CEDIDO. INCABIMENTO. INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO DO DÉBITO. TERMO INICIAL. DATA VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO.*

I. Trata-se de apelação de sentença que julgou procedente os embargos à execução fiscal nº 0000812-02.2012.4.05.8001, em razão da decadência dos créditos respectivos, nos termos dos arts. 150, §4º e 156, VII, do CTN.

II. Sustenta a recorrente, que a embargante, ora recorrida, CHAMA - Centro Hospitalar Manoel André LTDA, apresentou junto ao fisco, declaração de compensação de créditos tributários concedidos através de cessão de crédito de IPI, decorrentes de insumos destinados à produção.

O crédito cedido foi reconhecido por meio de ação judicial, na qual ficou decidido ser cabível a aplicação da IN 41/2000, que prevê a impossibilidade da compensação dos créditos do titular por terceiro.

III. Mesmo diante de decisão judicial que não permitia a cessão do crédito tributário, na verdade o que importa analisar, no caso, é a ocorrência ou não da decadência e da prescrição do débito, a partir do momento que houve a declaração da compensação, sendo ela cabível ou não.

IV. A entrega de declaração, seja ela DCTF, GIA ou outra de natureza prevista em lei, como no caso a declaração de compensação, é modo de constituição do crédito tributário e dispensa a formalização de procedimento administrativo pelo Fisco.

V. O recorrido apresentou declarações de compensação entregues em 2004, com data de vencimento entre abril e outubro de 2004. Logo, constata-se, de fato, a inoccorrência do evento da decadência dos créditos tributários.

VI. Quanto à prescrição dispõe o art. 174 do CTN que o prazo para Fazenda Nacional efetuar a cobrança de seus créditos prescreve em cinco anos. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação declarado e não pago, o Fisco dispõe de cinco anos para a cobrança do crédito, contados do dia seguinte ao vencimento da exação (caso dos autos) ou da entrega da declaração pelo contribuinte, o. que for posterior.

VII. Não se verificando hipótese de interrupção, há de se reconhecer a ocorrência do prazo prescricional, no caso, uma vez que a cobrança do crédito pela Receita Federal foi apenas em 2012 e as datas de vencimento se reportam ao ano de 2004.

VIII. Não procede a alegação da recorrente de que não poderia cobrar o débito tributário por estar impedida judicialmente, posto que não existe determinação judicial nesse sentido desde 2001. Ademais, caso houvesse impedimento seria em relação à empresa que foi parte na ação judicial nº 2000.80.00.007713-0,

na qual não participou a ora embargante.

IX. Apelação improvida.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 247/253).

A parte recorrente aponta violação ao art. 174 do CTN. Sustenta que não operou-se a prescrição, pois *"Apesar de a sentença, em maio de 2001, ter revogado a liminar, o particular interpôs o recurso de Apelação, o qual foi recebido com efeito suspensivo, suspendendo assim a exigibilidade do crédito e impossibilitando que o Fisco cobrasse o crédito devido"* (fl. 270).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

No caso, o Tribunal de origem pronunciou-se no sentido da ocorrência da prescrição porquanto inexistente qualquer hipótese de sua interrupção.

Confira-se a seguir o seguinte excerto extraído do acórdão recorrido (fls. 233/235):

Ressalte-se, ainda, ser incabível a aplicação do disposto no § 4º do artigo 150 do CTN, uma vez que a inserção da informação equivocada sobre a existência de causa judicial de suspensão da exigibilidade do crédito não dá ensejo à prorrogação indefinida do prazo para o Fisco rever o lançamento realizado pelo contribuinte. Isso porque, como dito, a ação foi contra a Usina Santa Clotilde S.A, e apesar de ter ficado suspenso por decisão liminar (processo nº 2000.80.00.007713-0), a mesma foi revogada em 2001, quando da prolação da sentença de improcedência do pedido, da qual teve ciência a Fazenda Nacional.

(...)

Mesmo constatando que não houve decadência, há de se averiguar a existência da prescrição do crédito.

Dispõe o art. 174 do CTN, com redação dada pela LC nº 118/2005, que o prazo para a Fazenda Nacional efetuar a cobrança de seus créditos prescreve em cinco anos.

Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação declarado e não pago, o Fisco dispõe de cinco anos para a cobrança do crédito, contados do dia seguinte ao vencimento da exação (caso dos autos) ou da entrega da declaração pelo contribuinte, o que for posterior.

Não se verificando hipótese de interrupção, há de se reconhecer a ocorrência do prazo prescricional, no caso, uma vez que a cobrança do crédito pela Receita Federal foi apenas em 2012 e

as datas de vencimento se reportam ao ano de 2004.

Não procede a alegação da recorrente de que não poderia cobrar o débito tributário por estar impedida judicialmente, posto que não existe determinação judicial nesse sentido desde 2001. Ademais, caso houvesse impedimento seria contra a Usina Santa Clotilde S.A, parte nos autos da ação judicial nº 2000.80.00.007713-0.

Diante do exposto, nego provimento à apelação, ainda que por outros fundamentos, e reconheço de ofício, a ocorrência da prescrição dos créditos.

Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator